



ACTA DA 1.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2009  
DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

Aos trinta dias do mês de Março de dois mil e nove, no Castelo de Santiago da Barra, em Viana do Castelo, pelas dezassete horas, reuniu a Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, adiante designada de CIM Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respectiva Convocatória. -----

Presidiu à reunião Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, na qualidade de Presidente da Assembleia, verificando-se que estavam presentes trinta e sete Membros eleitos e três substitutos e em falta o senhor Membro José Miguel da Costa Pontes, conforme lista de presenças anexa, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e faz parte integrante desta acta. -----

A Ordem de trabalhos era constituída pelos seguintes pontos: -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1.1. Apreciação e votação da Acta de Eleição da Mesa da Assembleia Intermunicipal; -----

1.2. Apreciação e votação da Acta da 1.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal; -----

1.3. Informações da Mesa; -----

1.4. Apreciação de Assuntos de Interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia. -----

2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

2.1. Apreciação e votação do projecto de Regimento da Assembleia Intermunicipal;

2.2. Apreciação, aprovação e votação do Relatório de Gestão e Contas do Exercício do ano 2008; -----

2.3. Apreciação da actividade da Comunidade Intermunicipal, pelo senhor Presidente do Conselho Executivo; -----

2.4. Apreciação e aprovação da proposta de criação de Comissão Especializada para Acompanhamento do Programa Territorial de Desenvolvimento do Minho-Lima; ----

2.5. Apreciação e aprovação da proposta de criação de Comissão Especializada de Acompanhamento nos Programas Transfronteiriços; -----

2.6. Discussão do assunto "O TGV no Alto Minho – suas consequências". -----

3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

O Senhor Presidente após ter cumprimentado todos os presentes, abriu a Sessão e procedeu à leitura da Ordem de Trabalhos, já referida. -----



Antes de iniciar a respectiva discussão e análise, colocou à consideração da Assembleia passar a discussão do ponto 2.6 - "o TGV no Alto Minho - e suas consequências", para depois da intervenção do público. -----

Colocou, então, este assunto à discussão do Plenário e procedeu à abertura das respectivas inscrições. Inscreveram-se os senhores Membros José António Lopes Nogueira e Alberto Luís de Oliveira Vilas. -----

José António Lopes Nogueira - Após cumprimentar todos os presentes, informou que concordava com a alteração solicitada pelo senhor Presidente, relativa à discussão do ponto 2.6. - "o TGV no Alto Minho - e suas consequências". -----

Alberto Luís de Oliveira Vilas - Após cumprimentar o Plenário, manifestou a vontade de se tratar o supra citado assunto no período Antes da Ordem do Dia, uma vez que é um assunto importante para o Distrito de Viana do Castelo. -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo (C.E.). -----

Tomando a palavra, o senhor António Rui Esteves Solheiro, Presidente do C.E., referiu que todos os Membros no Período Antes da Ordem do Dia são livres de se pronunciarem sobre os temas que entenderem, explicando que o objectivo da alteração era propiciar um debate mais alargado, que os poucos minutos que limitam o este Período não permitem, sobre um assunto de extrema importância. --

Alberto Luís de Oliveira Vilas - Tomou a palavra para informar que quando sugeriu manter a discussão do TGV no Período de Antes da Ordem do Dia não pretendia eliminar o proposto Ponto 4, no entanto entendia que se houvessem intervenções preparadas, estas deveriam ser feitas no ponto previsto, mantendo-se então as duas possibilidades de análise e discussão do assunto. -----

Nada mais havendo a tratar passou-se de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia. -----

## **1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

### **1.1 - Apreciação e votação da Acta de Eleição da Mesa da Assembleia Intermunicipal. -----**

O senhor Presidente deu por abertas as inscrições para discussão da Acta. Todavia, não havendo inscritos, colocou à consideração da Assembleia a dispensa da sua leitura. Tendo a proposta sido aprovada por unanimidade dos presentes, passou-se de imediato à sua votação. -----

Posta à votação, a Acta foi aprovada por maioria, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção. -----



O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Membro Álvaro Lúcio Conceição Meira que apresentou uma Declaração de Voto, referindo que a sua abstenção de deveu ao facto de não ter estado presente na referida reunião da Assembleia. ----- Nada mais havendo a tratar sobre este assunto, o senhor Presidente passou de imediato ao ponto seguinte do Período de Antes da Ordem do Dia. -----

**1.2 - Apreciação e votação da Acta da 1ª Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal.** -----

O senhor Presidente iniciou a discussão do ponto por referir a necessidade de se efectuarem alterações à Acta em apreciação, uma vez que foram erradamente atribuídas ao senhor Membro Manuel António Fernandes três intervenções que na verdade pertencem ao senhor Membro José António Lopes Nogueira, informando que a acta será devidamente corrigida. -----

O senhor Presidente abriu um período de intervenção e procedeu à abertura das respectivas inscrições. Inscreveu-se o senhor Membro José António Nogueira. -----

José António Nogueira – Em confirmação do exposto pelo senhor Presidente, solicitou que nas páginas 2 e 9 fossem rectificadas os nomes dos intervenientes, uma vez que erradamente a sua comunicação é atribuída ao Membro Manuel António Fernandes. -----

Solicitou, ainda, que na página 2, no Ponto 1 – Aprovação do Regimento da Assembleia Intermunicipal fosse referido o motivo das alterações a introduzir a este documento, e que na página 10, no ponto relativo à constituição do Grupo de Trabalho do Regimento de Assembleia, ficasse registado o fundamento da retirada de proposta do Grupo Intermunicipal Socialista. -----

O senhor Presidente informou que as alterações solicitadas serão introduzidas na referida Acta e, de seguida, colocou à consideração da Assembleia a dispensa da sua leitura. Tendo a proposta sido aprovada por unanimidade dos presentes, passou-se de imediato à sua votação. -----

Colocada à votação, foi aprovada por maioria, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção. -----

O Presidente deu por terminado este ponto do Período de Antes da Ordem do Dia, passando de imediato para o ponto seguinte do mesmo período. -----

**1.3 - Informações da Mesa.** -----

O senhor Presidente informou o seguinte: -----

1º - Que as senhas relativas à última Assembleia já estavam pagas, salientando, no entanto, que houve alguns problemas relativamente a algumas identificações



bancárias, solicitando aos senhores Membros que se dirigissem à D. Virgínia caso pretendessem receber as ajudas de custo das duas reuniões. -----

2º - Que as convocatórias para esta assembleia foram efectuadas em carta simples, conforme o parágrafo 1 do artigo 34.º, no entanto uma vez que há notícia de que alguns Membros não a receberam, nomeadamente o senhor Membro José António Nogueira, será necessário efectuar a confirmação das moradas. -----

Solicitou, ainda: -----

1º - Que os senhores Membros criassem um endereço electrónico para facilitar a comunicação. -----

2º - A entrega à Mesa da Assembleia da constituição de Grupos, conforme artigo 20.2 do Regimento. -----

Na sequência desta última solicitação, a Mesa recebeu uma proposta do Grupo Intermunicipal Socialista, encabeçada pelos senhores Membros José António Lopes Nogueira Paulo Pimenta, respectivamente como Líder e Vice-Líder. -----

Nada mais havendo a tratar sobre este assunto, o senhor Presidente passou de imediato ao ponto seguinte. -----

#### **1.4 - Apreciação de Assuntos de Interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia. -----**

O senhor Presidente abriu as inscrições para discussão deste ponto. Inscreveram-se os senhores Membros António Roleira Marinho, Alberto Luís de Oliveira Vilas e Manuel Rodrigues Lopes. -----

António Roleira Marinho – Após cumprimentar o Plenário e formular votos dos melhores êxitos para todas as funções atribuídas neste mandato, questionou sobre dois temas que considera serem um entrave ao desenvolvimento e que penalizam todos os que trabalham em Viana do Castelo, referindo-se ao Caminho-de-ferro (Linha do Minho) e ao problema das portagens IC1 / A28 no traçado Porto/Viana do Castelo. -----

Prosseguiu, referindo que a Linha do Minho desde o seu aparecimento e durante mais de meio século, foi um factor decisivo no forte impulso à economia da Região. No entanto, salientou, nos últimos anos degradou-se aceleradamente e os recentes trabalhos de renovação, que não incluíram a modernização e renovação do material circulante e a adequação de horários, não se traduziram na melhoria do serviço à população e numa maior comodidade das deslocações inter locais. -----

Enfatizou, ainda, que uma Linha que era eixo central passou a ser um "ramal", obrigando a população a transbordos incómodos, inseguros e desnecessários, tudo em prejuízo da população e do desenvolvimento colectivo. Relativamente ao



*Handwritten signature and initials*

*Handwritten mark*

previsto e prometido “ramal” ferroviário de ligação Porto/Viana do Castelo, questionou se não seria mais uma das promessas, como tantas outras. Continuou, referindo que se em relação ao Caminho-de-ferro (Linha do Minho) o panorama é desolador, o que dizer à mal feitoria, que está prometida, de introduzir portagens na IC1 / A28 no traçado Porto/Viana do Castelo. Afirmou, também, que não existem estradas capazes em muitas das ligações do interior do Distrito, nomeadamente no concelho de Paredes de Coura, cujas estradas têm as mesmas características de há um século atrás. As EN 302 e 303, a via transversal Vila Nova de Cerveira / Paredes de Coura / Ponte de Lima são eixos rodoviários que mereciam a atenção do Governo e que permitiria um acesso capaz de Paredes de Coura a outras vias estruturantes do Distrito. Referiu, ainda, a este propósito, que a EN 101 Monção / Arcos de Valdevez / Ponte da Barca é muito perigosa e há dezenas de anos aguarda por obras de requalificação do traçado, de modo a responder ao aumento razoável do volume de tráfego. -----

Mencionou, também, em jeito de desabafo, que as muitas promessas de recuperação do piso e obras de renovação e melhoria do traçado da EN 13, no troço Viana do Castelo/Valença não se concretizaram e que as demais debilidades rodoviárias já referidas, em particular a anunciada introdução de portagens no IC1 – A28 Porto/Viana do Castelo, pesam sobre a população do Distrito, sendo estas as razões e os motivos de protesto do Partido Social Democrata. -----

A finalizar a sua intervenção, o senhor Membro procedeu à leitura da Moção (documento 1) a qual se encontra anexa a esta acta e dela faz parte integrante.

Alberto Luís de Oliveira Vilas – Procedeu à leitura da Moção (documento 2) relativa ao TGV no Alto Minho, a qual se encontra anexa a esta acta e dela faz parte integrante. -----

Manuel Rodrigues Lopes – Após cumprimentar o Plenário, começou por referir que a sua intervenção se prende com o traçado do TGV no Distrito de Viana do Castelo, mais concretamente no concelho de Valença, o qual vai dividir seis freguesias, sendo que duas delas, Ganfei e Cerdal, serão divididas ao meio, sendo destruídas uma enorme quantidade de habitações, mas também, o carisma, o património histórico, a afectividade das pessoas ao lugar onde nasceram, salientando a degradação ambiental daí decorrente. A freguesia de Ganfei, mencionou, vai ser atravessada por um viaduto de 4,5 km, endividando-se, assim, a população por um projecto megalómano. -----

Referiu que o único estudo que existe sobre o traçado TGV data de Julho de 2004, sendo que a situação económica do País e do Mundo era, na altura, muito diferente. Neste momento, salientou, os responsáveis deveriam ser mais cautelosos com os



investimentos em razão do factor custo/rentabilidade, uma vez que o estudo da viabilidade económica do projecto aponta para a não rentabilidade, tanto mais que os concelhos por onde passa o TGV mas que não beneficiam de estações, não retiram daí quaisquer vantagens. A terminar a sua intervenção, referiu que se deveria melhorar as acessibilidades já existentes, requalificando as redes viárias, mais concretamente a EN 13 Viana do Castelo/Valença, bem como a Linha do Minho até Valença. -----

Seguidamente, o senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo. -----

Tomando a palavra, o senhor António Rui Esteves Solheiro, Presidente do C.E., referiu que não se deve transformar uma Assembleia Intermunicipal, que deve ser um meio para reivindicar questões de carácter supra municipal e até de interesse regional, num espaço de combate político – partidário. -----

Referiu, também, que relativamente à A28 Porto/Viana do Castelo há uma matéria consensual que é o combate às portagens, não sendo consensual, frisou, trazer para a discussão deste plenário assuntos desactualizados, como por exemplo, o caso da EN13, que por estar a ser resolvido não deve ser motivo de reivindicações. Relativamente ao acesso a Paredes de Coura, referiu que existem outras instâncias para discussão do problema, nomeadamente no seio do próprio Município, não devendo este ser motivo de discussão na Assembleia Intermunicipal. -----

Finalmente, em relação à questão do TGV, o senhor Presidente do C.E., referiu que a passagem do TGV na região é fundamental para o desenvolvimento da mesma, uma vez que o traçado prevê paragens na região. Acrescentou, ainda, que concorda que devem ser escolhidos os melhores traçados, aqueles que têm menos impactes ambientais e que prejudiquem menos as populações, não concordando por isso, com a posição do PSD, que se posiciona contra a passagem do TGV no Distrito. Rematou, apelando para que estes não ponham em causa os interesses da população. -----

O senhor Presidente da Assembleia aceitou mais três inscrições, dos senhores Membros António Roleira Marinho, Alberto Luís de Oliveira Vilas e Manuel Rodrigues Lopes. -----

António Roleira Marinho – Começou por referir que não tentou partidarizar nenhuma questão e que estas são questões importantes para o desenvolvimento do Distrito e não propaganda política. Para finalizar, salientou que nas Assembleias Intermunicipais deve ser atribuído o direito de se falar de todos os assuntos que sejam importantes para o Alto Minho, até porque esta matéria (reivindicação pela não introdução das portagens) tem sido aprovada nas Assembleias Municipais do



Distrito por unanimidade, com Moções apresentadas por todos os partidos políticos, incluindo aquele que apoia o Governo. -----

Alberto Luís de Oliveira Vilas – Começou por referir que acha natural que o Senhor Presidente do C.E. tenha uma argumentação diferente da apresentada, salientando que das suas palavras ter registado o facto de coincidir com a sua proposta. De seguida, apelou aos colegas da Assembleia, nomeadamente aos senhores representantes de Ponte de Lima e Valença, para que esquecessem as cores partidárias e assumissem se o traçado que está a ser discutido serve ou não as populações que estão a defender. -----

Para finalizar, perguntou ao senhor Presidente do C.E. onde no projecto do TGV estão as duas estações que anteriormente tinha referido. -----

O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Membro Manuel Rodrigues Lopes, mas este prescindiu da mesma. -----

Tomando a palavra, o senhor Presidente do C.E. informou que o Presidente da Assembleia convidou um especialista da área da grande velocidade para debater o tema "TGV do Alto Minho e as suas consequências". -----

Tomando a palavra, o senhor Presidente deu por abertas as inscrições para discussão da Moção apresentada pelo senhor Membro António Roleira Marinho. Inscreveram-se os senhores Membros José António Nogueira, José Augusto Pacheco e Miguel Pires da Silva. -----

O Membro José António Nogueira prescindiu da palavra, ao que foi concedida a palavra ao Membro José Augusto Pacheco. -----

José Augusto Pacheco – Após cumprimentar todos os presentes, começou por referir que em nome do Grupo Intermunicipal Socialista gostaria que a Comunidade Intermunicipal se fizesse ouvir a uma só voz, a dos interesses do Alto Minho e lamentou que a Assembleia estivesse dividida em termos políticos, dificultando, assim, um olhar unidireccional para os problemas do Distrito de Viana do Castelo. Relativamente à primeira Moção, todos podem concordar com ela, disse, mas os seus considerandos já têm mais de 10 anos e nessa altura seriam totalmente legítimos. Referiu, ainda, que a citada estrutura rodoviária já tem décadas, mas que hoje em dia está melhor do que há algum tempo atrás e que daqui a alguns anos estará muito melhor. -----

Uma vez que se falou em Paredes de Coura, o senhor Membro referiu que este concelho vai dar passos gigantescos na comutação das suas debilidades, particularmente em termos das acessibilidades. -----

Relativamente à questão do traçado do TGV, disse que é natural que haja discordância e que a posição do PS é votar contra a Moção apresentada. -----



Miguel Pires da Silva – Após apresentar cumprimentos ao Plenário, informou da posição do CDS no que diz respeito à Moção relativa às portagens na A28, nomeadamente que parece-lhes ser completamente desajustada a introdução de portagens neste traçado, uma vez que não existe nenhuma alternativa viável para fazer o percurso de Porto/Viana do Castelo pela Estrada Nacional. Referiu, ainda, que esta medida vai asfixiar ainda mais a economia do Alto Minho, dado o grande fluxo diário de pessoas e bens entre o Porto e Viana do Castelo. Para finalizar, informou que o CDS vai votar a favor da Moção.

O senhor Presidente passou de imediato à votação da Moção, verificando-se um empate. -----

Tomando a palavra, o senhor Presidente do C.E. comentou que considera positivo ter havido um empate, pois o mais viável seria ter uma Moção contra as portagens, mas sem os considerandos descritos. Saliou, que se for retirada essa fundamentação enfatizando-se apenas a questão da Scut, haveria certamente condições para se chegar a uma conciliação. O senhor Presidente do C.E., sugeriu ao Plenário que chegasse a um acordo sobre essa fundamentação, mantendo-se desta forma, e com a provação de todos, a Moção de rejeição das portagens. -----

O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra aos Membros Olegário Gonçalves, Maria José Carranca, António Pedro Ligeiro, Miguel Pires da Silva, António Roleira Marinho, José António Nogueira. -----

Olegário Gonçalves - Referiu que a justificação do seu voto era a mesma daquela apresentada pelo senhor Presidente do C.E., propondo a reformulação da Moção por parte do PSD. -----

Maria José Carranca – Após apresentar cumprimentos ao Plenário, informou que representa Paredes de Coura. Continuou, referindo que as discordâncias de opinião são normais, isto a propósito de a Moção ser subscrita pelo Partido Social Democrata e da constatação que só após o senhor Presidente do Conselho Executivo ter apresentado justificações para os votos dos membros do Partido Socialista, a respectiva bancada ficou à vontade para informar que eram contra a introdução de portagens, mas não com as fundamentações da Moção em causa. Para terminar, salientou que deveriam, então, os membros do Partido Socialista apresentar os motivos da discordância de cada um dos considerandos e só depois se poderia estabelecer diálogo no sentido de uma possível negociação do conteúdo da Moção. -----

Germano Manuel de Lima Amorim – Após cumprimentar o Plenário, manifestou a sua desilusão com tudo o que se está a passar, porque sempre acreditou que da discussão se faz a luz, não entendendo qual a posição do PS relativamente a esta





Handwritten notes: a large bracket-like mark, the number '2', and the initials 'M.' and 'A.'.

matéria, dado que o senhor Presidente do C.E referiu que as Scuts se deveriam manter sem custos para os utilizadores de forma a proporcionar boas acessibilidades e, desta forma, se contribuir para combater as assimetrias regionais. Na sua opinião, referiu, o PS votou contra a Moção do PSD sem qualquer motivo concreto, solicitando que a bancada do PS explicasse, então, se é a favor ou contra as *Scuts*, ou que manifestem o fundamento das suas decisões. -----

Miguel Pires da Silva – Tomou a palavra para perguntar ao senhor Presidente se este tinha ou não o direito de exercer um voto de qualidade, ao que este respondeu afirmativamente. -----

António Roleira Marinho – Referiu que, depois das intervenções, ficou um pouco perplexo e interpelou a todos para que dissessem quais, dos seis considerandos que encontram na Moção, eram aqueles que consideravam estar errados. Perguntou então: primeiro, se é ou não a intenção do Governo portagar; segundo, se é ou não verdade que os índices de desenvolvimento do Distrito estão abaixo da média nacional; terceiro, se é ou não é verdade que a crise nacional que se tem vindo a desenvolver se reflecte e tem consequências para o Distrito, aconselhando os presentes a consultar as estatísticas no IIEFP e a confirmarem que nos últimos 6 meses o desemprego do distrito aumentou 23%; quarto, se a IC1/A28 está ou não capaz de servir a população. -----

Concluiu, comunicando que não era sua intenção alterar a Moção. -----

José António Nogueira – Começou por referir que na sua opinião o senhor Membro José Pacheco foi perfeitamente claro na exposição da posição do PS e que o senhor Presidente do C.E. expôs muito bem os fundamentos e as razões da sua oposição a esta Moção. Por outro lado, lamenta que o PSD não tenha comunicado com antecedência ao PS e ao CDS o respectivo teor, de maneira a redigir-se uma Moção unitária, para benefício do Alto Minho. -----

Concluiu reforçando a sua posição contra a Moção. -----

Tomando a palavra, o senhor Presidente comunicou que fazendo uso do direito ao voto de qualidade e que sendo um voto a favor da Moção, esta seria então aprovada por 20 votos a favor, 20 votos contra e 0 abstenções. -----

O senhor Presidente passou de imediato à discussão da segunda Moção, apresentada pelo Membro Alberto Luís de Oliveira Vilas, procedendo à abertura das respectivas inscrições. Inscreveram-se os senhores Membros José Manuel Ribeiro, José António Nogueira, Miguel Pires da Silva, Alberto Luís de Oliveira Vilas, António Pedro Ligeiro e Vitor Pereira. -----

José Manuel Ribeiro – Após apresentar cumprimentos ao plenário, referiu que o cerne da questão do TGV tem a ver com o respectivo traçado, informando que este



assunto foi discutido na Assembleia Municipal de Ponte de Lima, uma vez que este concelho é atravessado pela linha de alta velocidade, e que os respectivos membros não estão satisfeitos com a solução. No entanto, continuou, qualquer que seja o traçado a ser elaborado irá desagradar às populações que vão ser atingidas. Assim sendo, afirmou que é nessa perspectiva, que na sua opinião a Moção não faz sentido. -----

José António Nogueira – Comentou que esperava uma Moção mais profunda contra o TGV, o que não foi o caso, pois trata-se apenas de uma Moção contra o seu traçado. Saliou que o Grupo Intermunicipal Socialista tem como certeza o facto do TGV constituir uma vantagem para o país e que o seu traçado foi ponderado em função de prejudicar o menos possível as populações, que o elevado custo desta obra traduz-se em mais-valias para o Distrito, em mais fixação de riqueza, em mais população, em dar o salto qualitativo que merece, sendo por todas estas razões, comunicou, que o Grupo Intermunicipal Socialista irá votar contra esta Moção. -----

Para terminar, lembrou o senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal que havia sido eleito com os votos dos elementos do Grupo Intermunicipal Socialista, pelo que, referiu, bem podia ser sopesada tal materialidade na decisão de fazer uso de tal prerrogativa. -----

Miguel Pires da Silva – Informou que o Grupo Intermunicipal do CDS concorda com a Moção apresentada, salientando que é inacreditável que estes traçados sejam concebidos sem consulta dos órgãos locais e das populações e que sendo realizados em gabinetes fechados em Lisboa, sem olhar para a realidade são, na sua opinião, projectos completamente desajustados. Está-se perante um assunto delicado, enfatizou, uma vez que diz directamente respeito à vida das populações, pois são os seus habitats, ecossistemas naturais e aldeias inteiras que vão ser destruídas. -- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do C.E. que referiu que embora esta Moção seja completamente contra o TGV, vai defender o TGV para a região e que não conhece nenhum colega Presidente de Câmara que seja contra este investimento. Haverá, naturalmente, quem discuta o traçado, com toda a legitimidade, mas contra uma obra que não vai passar apenas neste Distrito, nem verdadeira é a fundamentação desta Moção. -----

Continuou, dizendo que há dimensões diferentes, pois uma coisa é discutir sobre as portagens, outra é discutir e pôr em causa um investimento desta dimensão, que vai beneficiar a região, apelando ao bom senso de todos. -----

Para terminar, enfatizou, que desde o princípio teve o cuidado de não querer partidarizar a Assembleia, ao ponto de o PS ter a maioria dos membros desta Assembleia e ceder a Presidência ao segundo partido, precisamente em nome do



consenso. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia, afirmou não concordar com o uso da prerrogativa do direito ao voto de qualidade uma vez que a Presidência da Assembleia foi estabelecida depois de um acordo. -----

Alberto Luís de Oliveira Vilas – Começou por referir que o voto de qualidade é um direito e que deve ser usado sempre que for necessário, não devendo este estar condicionado quer ao gosto ou vontade do senhor Presidente do C.E., quer dos restantes Membros da Assembleia. Referiu, ainda, que a Moção apresentada foi redigida por ele, é dele, e que os seus colegas apenas tiveram a amabilidade de a subscrever, informando que os considerandos foram ouvidos e redigidos, inclusivamente, recorrendo a argumentos amplamente discutidos na comunicação social e, por isso, o seu conteúdo não deverá ser menosprezado. A terminar, propôs ao Plenário que independentemente de concordarem ou não com os considerandos da Moção, se discorde do traçado e que essa discordância, se acharem por bem, seja comunicada às entidades competentes, sublinhando que as populações de Ponte de Lima e Valença são as mais afectadas por este traçado. ----

António Pedro Ligeiro – Referiu que a Assembleia Intermunicipal tem um papel político e social importante e que, como membro das Assembleias de Ponte de Lima e da CIM Alto Minho tem responsabilidades e é nesse sentido que fará tudo para defender o seu Concelho. Relembrando que a Comunidade foi criada para resolver problemas supra municipais de união e que o TGV, no seu entender, prejudica seriamente não só o concelho de Ponte de Lima mas também o Alto Minho, como tal, não pode concordar com o trajecto apresentado e, por isso, informou, vai votar favoravelmente a Moção apresentada. -----

Vitor Pereira – Após apresentar cumprimentos ao Plenário, referiu que as propostas devem ser coerentes e objectivas e que não se pode entrar num maniqueísmo de bem ou mal, mas sim apresentar factos e dados concretos porque, disse, não estamos perante questões partidárias, pois quem defende o TGV são grupos tanto do PSD como do PS, por essa razão, salientou, não vale a pena entrar numa estratégia política. Para terminar, referiu que o Grupo Intermunicipal do PSD deveria ter aceite a proposta do senhor Presidente do C.E., para que este ponto fosse discutido no final. -----

Terminada a análise e discussão, o Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à votação da Moção, que foi rejeitada com 20 votos contra, 19 votos a favor e uma abstenção. -----

O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Membro Olegário Gonçalves para este fazer uma declaração de voto. -----



Olegário Gonçalves – Após cumprimentar o Plenário, informou que o motivo da sua abstenção se prende com duas ordens de razão: primeiro, se efectivamente se concretizar a existência de uma paragem do TGV em Valença, como está previsto, é um grande motivo de orgulho e constituirá uma vantagem para a população, para as empresas, para o comércio de todo o distrito; segundo, concorda com o senhor Presidente Rui Solheiro no sentido de que deveria ter sido feita, em primeiro lugar, a apresentação da Moção e só depois se passava à sua votação. -----  
O senhor Presidente deu por terminado o Período de Antes do Dia, passando de imediato ao Período da Ordem do Dia. -----

## **2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**

### **2.1. Apreciação e votação do projecto de Regimento da Assembleia Intermunicipal. -----**

O senhor Presidente solicitou a atenção de todos para as seguintes modificações a introduzir ao Regimento: primeiro, "artigo 18º alínea f)" - desaparece a expressão "junto do Tribunal Administrativo do círculo de Viana do Castelo" lendo-se apenas "comunicar ao representante do Ministério Público as faltas injustificadas dos Membros da Assembleia Intermunicipal, para os efeitos legais"; segundo, "artigo 38º" - os parágrafos 4, 5 e 6 desaparecem, pois já estão no artigo 42º; terceiro, desaparece o artigo 44º, porque é também uma repetição do artigo 41º; quarto, "artigo 18º" - o parágrafo 3 deixa de existir, porque não tem redacção. -----

O senhor Presidente, comunicou que tendo sido criada uma Comissão de Trabalho do Regimento da Assembleia constituída pela Mesa e pelos Membros(a) José António Nogueira do PS, Abel Baptista do CDS/PP e Maria José Carranca do PSD, solicitou que o porta-voz fizesse a apresentação das principais alterações ao Regimento. -----

José António Nogueira – Começou por referir que foi com orgulho que participou nesta Comissão e que se orgulha ainda mais pelo consenso que todos os partidos que representam a Assembleia conseguiram alcançar, fruto da discussão e da troca de ideias, sendo um exemplo de cooperação institucional entre os grupos. Enfatizando que da discussão se faz a luz, manifestou vontade que de futuro esta experiência se venha a repetir de forma franca e aberta. -----

Maria José Carranca – Reiterou as palavras do colega José Nogueira salientando que foi realmente uma experiência enriquecedora, porque, ao mesmo tempo que discutiram, conseguiram ser consequentes mesmo nos pontos onde divergiam de maneira mais radical. Concordando com expressão "da discussão se faz a luz",



mencionou que o espaço de debate por excelência é a Assembleia, não se devendo relegar todas as discussões para antes da Assembleia. Para terminar, informou que o Dr. José Nogueira fez o grosso do trabalho, tendo apresentado uma proposta muito completa que foi discutida ponto a ponto por todos os elementos e que, por isso, o Regimento está em condições de ser aprovado. -----

Abel Nunes (em representação do senhor Membro Abel Baptista) – Após cumprimentar o Plenário, informou que concorda com a Dra. Maria José Carranca referindo ter sido um trabalho multicolor, exaustivo, onde houve discussão mas essencialmente consenso, expressando o seu regozijo pelo trabalho meritório do Dr. José António Nogueira. -----

Tomando a palavra o senhor Presidente deu por abertas as inscrições. Inscreveu-se a senhora Delegada Maria Emília Cerqueira. -----

Maria Emília Cerqueira – Após cumprimentar o Plenário, referiu que nada tem a acrescentar ao Regimento, apenas uma pequena consideração, sobre um lapso nas correcções do senhor Presidente, uma vez que na sequência da eliminação do artigo 44º, se deveria renumerar todo o Regimento a partir daí. -----

O senhor Presidente, tomando a palavra, e concordando com a proposta, passou de imediato à votação do Regimento, que foi aprovado por unanimidade dos presentes. -----

Sendo a deliberação deste ponto de Ordem submetida ao Plenário para efeitos de aprovação em minuta, o Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura que foi aprovada por unanimidade dos presentes. Passou-se de imediato à votação da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

## **2.2 – Apreciação, aprovação e votação do Relatório de Gestão e Contas do Exercício do ano 2008.** -----

O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo, que começou por referir que a Comunidade foi criada em 15 de Outubro de 2008, os seus Órgãos Sociais foram instalados em 22 de Dezembro do mesmo ano e por conseguinte, teve uma actividade reduzida. No entanto, elaborou-se um orçamento e consequentemente o respectivo Relatório de Gestão e Contas, que naturalmente tem que ser aprovado por esta Assembleia. -----

No final do ano de 2009, referiu, o activo líquido da CIM Alto Minho era de 36.749,91 euros (trinta e seis mil, setecentos e quarenta e nove euros e noventa e um cêntimos), os Fundos Próprios totalizavam 22.836,19 euros (vinte e dois mil oitocentos e trinta e seis euros e dezanove cêntimos) e o total do Passivo era de 13.913,72 euros (treze mil, novecentos e treze euros e setenta e dois cêntimos). O



resultado do exercício foi positivo no valor de 22.836,19 euros (vinte e dois mil oitocentos e trinta e seis euros e dezanove cêntimos), propondo-se a sua aplicação em reservas legais no montante de 5%, e incorporação em património dos restantes 95%. -----

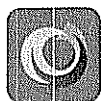
Tomando a palavra a senhora Vice-Presidente da Mesa, em substituição temporária do Presidente, deu por abertas as inscrições para discussão do Ponto. Todavia, não havendo inscritos, passou de imediato à votação do Relatório de Gestão e Contas do Exercício do ano de 2008, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes. -- Sendo a deliberação deste ponto de Ordem submetida ao Plenário para efeitos de aprovação em minuta, o Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura que foi aprovada por unanimidade dos presentes. Passou-se de imediato à votação da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

**2.3. Apreciação da actividade da Comunidade Intermunicipal, pelo senhor Presidente do Conselho Executivo.** -----

O Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo. Tomada a palavra, o senhor Presidente do C. E. referiu que a prioridade da actividade da Comunidade Intermunicipal até à data foi o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Territorial do Minho-Lima (PTD Minho-Lima). A este propósito, informou que foi decidida a abertura de três Avisos de Concurso, dois na área das Acessibilidades e um no Ciclo Urbano de Água e Saneamento, cujos montantes são de, respectivamente, 15 milhões de euros a que corresponde um montante Feder de 10,5 milhões de euros e 8,4 milhões de euros a que corresponde um montante Feder de 5.9 milhões de euros, valores aproximados. -----

Relativamente aos Centros Escolares informou que os Avisos de Concurso foram lançados pela CCDRN, ainda antes da constituição da CIM e da assinatura do contrato de Subvenção Global ("Contratualização"), embora até à data ainda não tenha feito quaisquer pagamentos relativos às candidaturas aprovadas. Informou que na reunião do Conselho Executivo foi decido escrever ao Presidente da CCDRN (Dr. Carlos Lage), a solicitar o envio de todos os processos, para que a CIM pudesse tratar destes processos, inclusivamente a aprovação dos pedidos de pagamento efectuados, tendo em vista a libertação mais célere das verbas. -----

Informou, ainda, que foi aprovada a candidatura à Assistência Técnica ao PTD Minho-Lima que tem por objectivo remunerar as funções de gestão da Equipa de Apoio Técnico. -----



Referiu, também, que foram elaboradas candidaturas ao ON2, nomeadamente uma na área da Protecção Civil e outra na área do Ambiente, na ordem dos 2 milhões de euros. -----

Informou, seguidamente, que a CIM lançou um Concurso Público Internacional para a aquisição de 314 quadros interactivos destinados a equipar as salas de aula dos Centros Escolares. -----

Para terminar, referiu que a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, Comunidade Intermunicipal do Vale do Cávado e a Comunidade Intermunicipal do Ave são parceiras numa candidatura apresentada ao Programa PROVERE, denominada MINHO-IN, cujo investimento é na ordem dos 750 milhões de euros em áreas fundamentais, como o Golfe ou os Recursos Naturais. Salientou, a este propósito, que esta candidatura foi pioneira no sentido em que permitiu a colaboração, a discussão, a cooperação entre os poderes públicos, representados pelos Municípios, e a iniciativa privada, os empresários de toda a região, na definição de estratégias e de projectos e na formalização de compromissos. -----

Terminada a apresentação a actividade da Comunidade Intermunicipal, o senhor Presidente da Assembleia passou de imediato aos pontos seguintes da Ordem de Trabalhos. -----

#### **2.4 - Apreciação e aprovação da proposta de criação de Comissão Especializada para Acompanhamento do Programa Territorial de Desenvolvimento do Minho-Lima. -----**

#### **2.5 - Apreciação e aprovação da proposta de criação de Comissão Especializada de Acompanhamento nos Programas Transfronteiriços. -----**

O senhor Presidente informou que a Mesa retirou estas propostas e transformou-as numa proposta de intenção de criar estas Comissões a curto e breve prazo.

O senhor Presidente colocou este ponto à discussão do plenário e procedeu à abertura das respectivas inscrições. Não se tendo registado inscrições, passou de imediato à votação, tendo sido a proposta aprovada por unanimidade dos presentes. -----

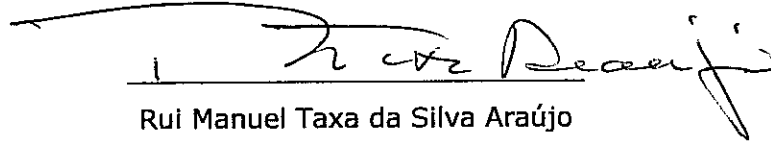
#### **3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----**

Por fim, o senhor Presidente passou ao terceiro ponto da Ordem do Dia. Todavia, não se registaram quaisquer inscrições, depois de inquiridos os presentes nesse sentido. -----

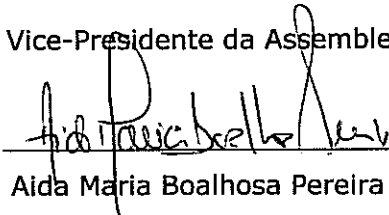


Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia agradeceu a todos os membros e, quando eram dezanove horas e trinta minutos, encerrou os trabalhos desta reunião, dos quais, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada no próximo Plenário, há-se ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

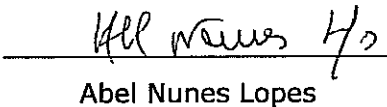
O Presidente da Assembleia

  
Rui Manuel Taxa da Silva Araújo

A Vice-Presidente da Assembleia

  
Aida Maria Boalhosa Pereira

O Secretário da Assembleia

  
Abel Nunes Lopes